

A MOTIVAÇÃO PARA O ENVOLVIMENTO EM ATIVIDADES DE VOLUNTARIADO SEGUNDO AS ABORDAGENS FUNCIONALISTA E AUTODETERMINADA

Cátia Martins, Universidade do Algarve, csmartins@ualg.pt
Saul Neves de Jesus, Universidade do Algarve, snjesus@ualg.pt
José Tomás da Silva, Universidade de Coimbra, jtsilva@fpce.uc.pt

Resumo: O voluntariado é um fenómeno que cada vez mais tem vindo a suscitar o interesse por parte de investigadores. Define-se enquanto comportamento não obrigatório, sujeito a uma planificação, mantido ao longo do tempo, sem expectativa de recompensa monetária, que beneficia outros não íntimos, podendo ocorrer dentro de um contexto organizacional. Embora seja considerado como uma forma de ajuda a outros, reveste-se de características mais “intrínsecas” do que o altruísmo, para os indivíduos voluntários, nomeadamente no que concerne às recompensas para o ator (e.g., promoção do bem-estar e satisfação psicológica), principalmente ao nível dos custos que se encontram associados para os voluntários (e.g. esforço, dispêndio de tempo). O objetivo deste trabalho prende-se com a caracterização de dois modelos distintos que têm sido utilizados no estudo do fenómeno do voluntariado: a teoria funcionalista de motivação para o voluntariado e a teoria da auto-determinação. A primeira defende que os indivíduos envolvem-se em determinadas atividades de forma propositada, para cumprir objetivos, e que a sua realização serve diferentes funções psicológicas (i.e., funções social, carreira, valores, autoestima, proteção do ego e experiência) (Clary et al., 1998). A Teoria da Auto-Determinação (Deci & Ryan, 1985, 1991) tem sido aplicada relacionando o voluntariado com a orientação para a autonomia (dos indivíduos e proporcionada pelo contexto), a satisfação das necessidades psicológicas básicas e o estilo regulatório. Nesta perspetiva, pretende-se proporcionar um momento de reflexão investigativa e de intervenção prática, relativamente às motivações que envolvem o voluntariado.

Palavras-chave: Motivação para o Voluntariado; Teoria da Auto-Determinação; Teoria Funcionalista da Motivação para o Voluntariado.

Introdução

O voluntariado é uma área de participação social que nos últimos anos sofreu uma forte expansão. Inicialmente associado a atividades de carácter sócio-assistencial, recentemente tem-se vindo a alargar ao nível das suas tipologias, contemplando o voluntariado ecologista, desportivo, político, cultural, religioso e na área da saúde (León, 2002).

No que concerne a sua definição, atualmente é identificado enquanto um comportamento não obrigatório (Omoto & Snyder, 1995), sujeito a uma planificação, mantido ao longo do tempo (Clary & Snyder, 1991, 1999), sem expectativa de recompensa monetária (Clary & Snyder, 1999; Mowen & Sujana, 2005; Penner, 2002), que beneficia outros não

íntimos (Penner, 2002) e que ocorre dentro de um contexto organizacional (Clary et al., 1998; Clary & Snyder, 1999; Finkelstein, 2009; Penner, 2002).

Desta forma, os voluntários “(a) com frequência procuram ativamente oportunidades para ajudar os outros, (b) podem deliberar por consideráveis quantidades de tempo sobre a possibilidade de se voluntariarem, o nível de envolvimento, e o grau em que determinadas atividades se encaixam com suas próprias necessidades pessoais, e (c) podem assumir um compromisso para uma relação contínua de ajuda, que pode se estender ao longo de um considerável período de tempo, e que pode implicar consideráveis custos pessoais de tempo, energia e oportunidade” (Clary et al., 1998, p. 1517). E contudo, as pessoas continuam a procurar oportunidades para se voluntariarem, permanecendo nesta forma de participação social durante longos períodos de tempo. Mas quais as razões ou motivações latentes a este envolvimento e participação social?

Modelos explicativos da motivação para o voluntariado

Diversos modelos têm servido de base para a exploração e explicação da motivação latente ao fenómeno do voluntariado, desde teorias unidimensionais (e.g., Cnaan & Goldberg-Glen, 1991) a multidimensionais (Clary et al., 1998), sendo esta última a mais usada. Contudo, outros investigadores têm começado a utilizar a Teoria da Auto-Determinação de Deci e Ryan (SDT; 1985, 1991) no estudo de atividades voluntárias (e.g., Millette & Gagné, 2008), nomeadamente no que concerne uma das tipologias do voluntariado, a área ambiental (e.g., Pelletier, Tucson, Green-Demers, Noels, & Beaton, 1998; Seguin, Pelletier, & Hunsley, 1998).

A teoria funcionalista da motivação para o voluntariado

Segundo Clary et al. (1998), abordagem Funcionalista da Motivação para o Voluntariado derivou de teorias sobre as atitudes e a persuasão como a de Smith, Bruner, e

White (1956) e Katz (1960). Apresenta como princípios centrais que os indivíduos se envolvem em determinadas tarefas de forma propositada, para cumprir objetivos, e que as mesmas atividades podem ser executadas de modo a servir diferentes funções psicológicas (Clary et al., 1998; Clary & Snyder, 1999; Snyder, 1993; Omoto & Snyder, 1995), sendo elas:

1. **Valores:** a expressão dos valores relacionados com preocupações altruístas e humanitários para com os outros (Clary et al., 1998);

2. **Compreensão:** envolve a oportunidade do voluntariado permitir aceder a novas experiências de aprendizagem e possibilidades de exercício de conhecimento, habilidades e capacidades que poderiam, caso contrário, permanecer por praticar. São indivíduos que procuram explorar as suas próprias forças e ampliar a sua compreensão face à causa com a qual colaboram, face a outros voluntários e à organização com que articulam;

3. **Social:** refere-se a motivações relacionadas com o estabelecimento de relações com os outros, podendo o voluntariado oferecer oportunidades para se estar com os amigos ou se envolver numa atividade socialmente aceite por outros de referência para o próprio (Clary et al., 1998);

4. **Carreira:** relaciona-se com benefícios que podem ser no âmbito da carreira (e.g., ganhar experiência profissional, aumentar perspectivas de emprego), e com a perceção do voluntariado como meio de preparação para uma nova carreira ou de manutenção de competências relevantes para a carreira;

5. **Proteção:** relaciona-se com as preocupações de defesa do ego (ou externalização) face a características negativas do *self* e, no caso do voluntariado, podem servir para reduzir o sentimento de culpa (Clary & Snyder, 1999) por serem mais afortunados do que outros e enquanto canalização de problemas pessoais;

6. **Promoção de Auto-Estima:** envolve um processo motivacional que se centra no crescimento e desenvolvimento do ego (Clary et al., 1998).

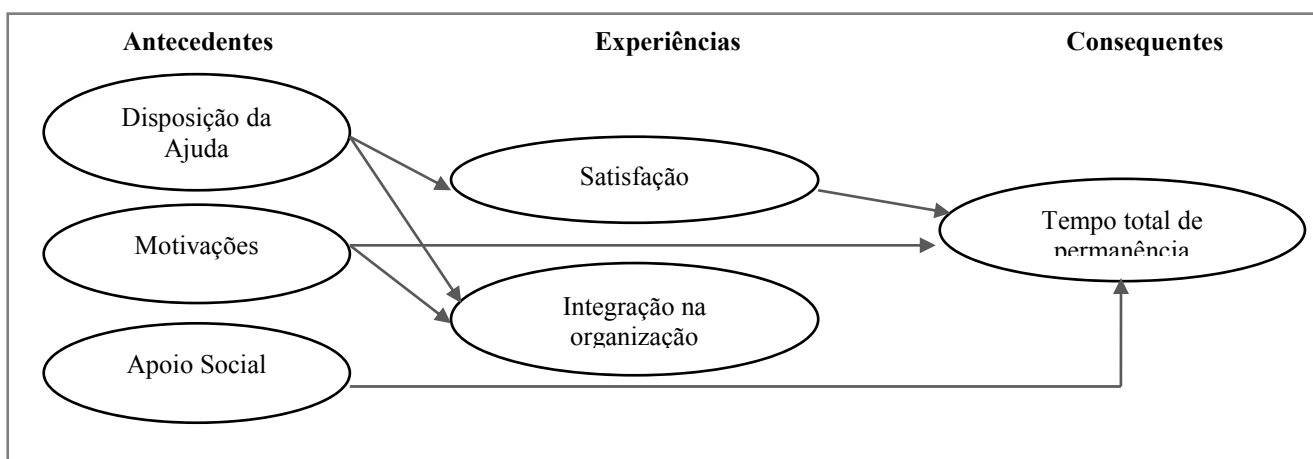


Figura 1: Modelo Funcionalista da Motivação para o Voluntariado (Omoto & Snyder, 1995, p. 679).

O modelo de Omoto e Snyder (1995) (figura 1), que pretendia permitir a previsão do tempo de permanência no voluntariado e as mudanças atitudinais possíveis como consequência da atividade, conceptualiza o processo de voluntariado como desdobrando-se ao longo do tempo de envolvimento, segundo três fases. Numa primeira fase, denominada de *antecedentes*, temos a procura de resposta à questão “quais os fatores que levam as pessoas a se voluntariarem?”, é contemplada a disposição para a ajuda (i.e., características de personalidade e de empatia que predis põem a pessoa a se envolver em atividades de ajuda), as motivações (i.e., as funções supra descritas que são atendidas no envolvimento em atividades de voluntariado), e o apoio social (i.e., o nível de apoio estrutural ou funcional proporcionado por pessoas do contexto que são importantes para o indivíduo). Estes fatores, desempenham um papel mais importante nesta fase do que os situacionais (Penner & Finkelstein, 1998).

A segunda fase, definida por *experiências* (ou processo), contempla a satisfação obtida no desenvolvimento em atividades de voluntariado, bem como a integração na organização, que se prende com o grau de identificação com as diversas características da instituição, nomeadamente o compromisso organizacional (Penner & Finkelstein, 1998; Omoto &

Snyder, 1995). Por fim, a fase das *consequências* é definida pelo tempo total de permanência na atividade de voluntariado.

No que concerne as relações compreendidas neste modelo, os autores encontraram uma relação significativa direta e positiva entre as motivações, a satisfação, e o tempo de permanência total. Contudo, o tempo não se relaciona com qualquer indicador de disposição de ajuda, ou seja, possuir disposição para a ajuda (i.e., marcada por atributos relativos à empatia, carinho e responsabilidade social) não garante maior permanência no voluntariado (Omoto & Snyder, 1995).

A dimensão apoio social revela uma relação negativa com a permanência no voluntariado (Omoto & Snyder, 1995), o que poderá relacionar-se com o facto de os voluntários possuírem extensas redes de apoio social noutras esferas da sua vida, podendo ser especificamente afetados pelos custos psicológicos associados ao voluntariado, mediante a comparação das suas vidas antes e depois de se terem tornado voluntários. De forma complementar, as pessoas com baixo apoio social podem envolver-se em atividades de voluntariado como estratégia para contactar pessoas e aumentar o seu leque de amizades (Omoto & Snyder, 1995).

A abordagem funcional propõe que a participação continuada depende da adaptação do indivíduo à situação. Deste modo, os voluntários que desenvolvem as suas atividades com base nas funções que correspondem às suas próprias motivações vão retirar mais satisfação e prazer, sendo mais provável que permaneçam mais tempo no voluntariado comparativamente aqueles cujas motivações não são satisfeitas no seu envolvimento. De acordo com diversas investigações, as funções valores, compreensão e promoção de autoestima são as que parecem ser mais salientes (e.g., Allison, Okun, & Dutridge, 2002; Chapman & Morley, 1999; Clary et al., 1998; Planalp & Trost, 2009), na explicação das motivações próprias.

Têm sido encontradas algumas diferenças significativas relacionadas com o género. Na expressão das funções que orientam o envolvimento em atividades de voluntariado, as mulheres favorecem mais as funções intrínsecas, como a de valores, comparativamente aos homens que tendem a apontar motivadores instrumentais como a função carreira (Switzer, Switzer, Stukas, & Baker, 1999). No nível da intensidade da expressão do envolvimento, para além de se envolverem mais em atividades de voluntariado, as mulheres revelam pontuações mais elevadas na maioria das funções (Chapman & Morley, 1999; Fletcher & Major, 2004).

No que concerne à idade, têm-se vindo a encontrar diferenças nas funções motivacionais, sendo que voluntários mais velhos tendem a apontar os valores como a função principal que rege o seu envolvimento nas atividades, comparativamente a indivíduos mais jovens que, embora também fortemente motivados por razões mais “altruístas”, mais frequentemente classificam as funções carreira, social e compreensão como as funções basilares para o seu envolvimento (Finkelstein, Penner, & Brannick, 2005; Frisch & Gerrard, 1981; Omoto, Snyder, & Martino, 2000).

Relativamente a diferenças relativas ao tipo de atividades que são desenvolvidas no contexto de voluntariado, parecem existir discrepâncias nas funções e características apontadas ao nível da motivação (e.g., Dávila & Chacón, 2004; León, 2002). Alguns estudos evidenciaram que voluntários ecologistas revelavam índices mais elevados de permanência e de motivação nas atividades, consideravam as atividades como mais divertidas e apontavam mais as funções autocentradas (i.e., todas as funções com exceção da carreira que foi considerada como heterocentrada), como os valores e a compreensão, comparativamente a voluntários da área da assistência social. Estes percecionavam maior apoio social, organizacional e estabelecido com os profissionais da instituição, maior potencialidade de satisfação das suas necessidades, descrevendo o seu envolvimento como oportunidades para aprender novas experiências e exercitar conhecimentos e competências (Dávila & Chacón,

2004; León, 2002). Estas diferenças enquadram-se na assunção de Clary e Snyder (1991) sobre a prevalência de algumas funções motivacionais sobre outras de acordo com o tipo de ajuda voluntária desenvolvida.

A teoria da autodeterminação

A Teoria da Auto-Determinação (SDT; Deci & Ryan, 1985, 1991) defende que todos os indivíduos têm tendências naturais, inatas e construtivas para desenvolverem o seu *self* num sentido unificado e cada vez mais elaborado. Postula três necessidades psicológicas básicas que providenciam a base dos aspetos de categorização do ambiente enquanto *versus* antagónico, e fornece um critério que especifica o que é essencial na vida do indivíduo (sendo que é próprio da natureza do organismo uma propensão para a satisfação de necessidades) (Deci & Ryan, 2000; Ryan & Deci, 2002):

- A ***necessidade de competência*** enquanto sentimento efetivo nas interações contínuas com o ambiente social e oportunidades experienciadas para exercitar e expressar as suas capacidades (Deci, 1975). Propulsiona as pessoas a procurarem desafios que consideram ótimos, atendendo às suas capacidades, tentando de forma persistente manter e aumentar essas aptidões e capacidades, através de experiências contínuas advindas das atividades. Não é definida enquanto capacidade ou aptidão, mas sim como sentimento de confiança e eficácia na ação (Ryan & Deci, 2002);

- A ***necessidade de relacionamento*** é determinada pelo sentimento de relação com os outros, em ser cuidado e cuidar dos demais, fomentando assim um sentimento de pertença quer a outros indivíduos, quer à sua comunidade (Baumeister & Leary, 1995). Refere-se ainda a uma tendência de integração na vida, de modo a se interligar com e ser parte integrante e aceite pelos outros importantes para si (Ryan & Deci, 2002);

- A ***necessidade de autonomia*** relaciona-se com o facto do indivíduo se perceber enquanto fonte e origem do seu próprio comportamento (Deci & Ryan, 1985;

Ryan & Connell, 1989). Deste modo, a pessoa age em sintonia com os seus interesses e valores integrados, experienciando o seu comportamento enquanto expressão do seu *self* de tal forma que, mesmo quando sujeitos a influências externas ao nível das suas ações, partilham e concordam com tais assunções, percecionando-as enquanto iniciativa e valor presentes em si próprio (Ryan & Deci, 2002).

Comportamento: Não Autodeterminado		→				Autodeterminado
Tipo de Motivação	Amotivação	Motivação Extrínseca				Motivação Intrínseca
Estilo Regulatório	Não regulado	Externo	Introjetado	Identificado	Integrado	Intrínseco
Locus de Causalidade	Impessoal	Externo	Algo externo	Algo interno	Interno	Interno
Processo Regulatório Relevante	Não intencional Não valorizado Incompetência Ausência de controlo	Obediência Recompensas externas Punições	Autocontrolo Envolvimento do ego Recompensas internas e punições	Importância pessoal Consciência e valorização	Congruência Consciencialização Síntese com o <i>self</i>	Interesse Prazer Satisfação inerente

Figura 2: Taxionomia da Motivação Humana (Ryan & Deci, 2000, p. 61).

De acordo com o modelo apresentado (Figura 2), os autores concetualizam, em primeiro lugar, a existência de três níveis de motivação: a *amotivação*, a motivação *intrínseca* e a *extrínseca* (Deci, 1975; Deci & Ryan, 2000). O primeiro nível caracteriza-se pelo estado de falta de intenção para a ação; o segundo, a motivação intrínseca, define-se pela tendência inata presente nos indivíduos para se envolverem em atividades pelo simples prazer e satisfação derivados da sua ação, representando o protótipo da atividade auto-determinada, não-instrumentalizada (Deci, 1975; Deci & Ryan, 1985, 2000; Ryan & Deci, 2002). A motivação extrínseca (subjacente ao comportamento não autodeterminado) focaliza-se nos resultados contingentes, de forma dependente, quer estejam associados à obtenção de

resultados positivos, quer ao evitamento de consequências negativas. Neste nível de motivação encontram-se três tipos de regulação (ordenados de forma crescente por índice de autodeterminação): a externa (i.e., reflete a situação mais “clássica” de se estar motivado em prol de uma contingência externa, evidenciando a percepção de *locus* de causalidade externa), a introjetada (i.e., uma regulação que foi internalizada mas não verdadeiramente aceite como pertencente ao próprio, revelando ainda muito a presença de controlo externo), a identificada (i.e., considera uma valorização consciente de um comportamento objetivo ou regulação, sendo uma forma mais autodeterminada de motivação extrínseca) e a integrada (i.e., ocorre quando a identificação foi avaliada e está em consonância com os valores, objetivos e necessidades pessoalmente aprovados). Estes tipos de regulação diferem de acordo com o nível de internalização subjacente (i.e., processo de incorporação de padrões, valores ou práticas, apresentados como relevantes pelo grupo social, que o indivíduo passa a endossar ou considerar como seus; Deci & Ryan, 1985), num *continuum*, que reflete as posições das pessoas face às regulações subjacentes aos seus comportamentos, e não a um *continuum* desenvolvimental (Ryan & Deci, 2000). Deste modo, não se pretende que um indivíduo progrida ao longo de estádios de internalização, mas que, de acordo com experiências anteriores e fatores situacionais, possa adotar um qualquer estilo regulatório, que poderá alterar-se em qualquer momento em função das razões de envolvimento (Ryan & Deci, 2000).

Ponderam a existência de dois processos cognitivos primários, latentes à influência de fatores contextuais à motivação intrínseca, que denominam de *locus de causalidade percecionado* (interno *versus* externo), que se relacionam essencialmente com a necessidade de autonomia. Assim, quando um acontecimento promove uma percepção de *locus* de controlo interno, está na realidade a estimular a motivação intrínseca; enquanto, pelo contrário, quando o indivíduo percebe o *locus* de causalidade como externo, poderá estar a fragilizá-la. Para além da necessidade de autonomia, a competência também assume um papel importante na

promoção da motivação intrínseca, comparativamente à necessidade de relacionamento que desempenha um papel mais distal, embora em algumas atividades interpessoais a satisfação desta necessidade seja crucial para a manutenção de comportamentos autodeterminados (Deci & Ryan, 2000).

No tocante ao contexto de voluntariado, não são muitos os estudos que utilizem a teoria da autodeterminação para compreender o envolvimento e permanência em atividades desse tipo. Green-Demers, Pelletier, e Ménard (1997) relataram que a motivação autónoma predizia o envolvimento em comportamentos de proteção ambiental (e.g., reciclagem), especialmente se estes requeriam elevado esforço. Pelletier et al. (1998) realizaram diversas investigações nas quais pretendiam avaliar os subtipos regulatórios motivacionais coexistentes no *continuum* da autodeterminação no contexto de atividades pró-ambientais. Os seus resultados evidenciaram correlações entre os estilos regulatórios, revelando um padrão simples, consistente com o *continuum* da teoria da autodeterminação, ou seja, alguns indivíduos indicaram envolver-se em comportamentos conscientes ao nível ambiental por prazer e satisfação (i.e., autodeterminados), enquanto outros expressaram que as suas razões para a ação eram mais de cariz instrumental (e.g., pela obtenção de recompensas como o reconhecimento por parte de outros, ou para evitar punições autoimpostas, como o sentimento de culpa). Consistente com a teoria de Deci e Ryan (1985, 1991), os indivíduos autodeterminados indicaram que estavam insatisfeitos com o estado do ambiente, e ao sentirem-se competentes para intervir neste contexto que valorizavam, pretendiam envolver-se em atividades que poderiam permitir solucionar os problemas encontrados. Reciprocamente, os indivíduos não autodeterminados, relatavam que a situação ambiental era satisfatória e pouco importante, revelando baixo sentimento de competência neste contexto, tornando menos provável o seu envolvimento em comportamentos ao nível ambiental. Deste modo, a relação entre satisfação (face ao contexto ambiental) e formas de autodeterminação

revelou-se negativa, contrariamente a outros domínios (e.g., educação, desporto). Assim, os autores concluíram que neste contexto específico o nível de satisfação é antecedente da motivação (Pelletier et al., 1998).

Na continuação, Seguin, Pelletier, e Hunsley (1998), numa amostra de ativistas e não ativistas, concluíram que o nível percecionado de autonomia predizia a perceção de responsabilidade de diferentes organizações na prevenção de riscos para a saúde, a quantidade de informação recebida pelos indivíduos e a importância percecionada dos problemas do ambiente.

Gagné (2003), neste seguimento, encontrou que o apoio à autonomia relacionava-se positivamente com a satisfação de necessidades, principalmente com a de competência, e que a orientação para a autonomia apresentava uma relação significativa com o envolvimento psicológico (ao nível da qualidade, mas não na quantidade, i.e., número de horas despendidas na atividade), sendo o envolvimento um preditor mais forte do que o apoio à autonomia. Em suma, os voluntários que permaneceram nas atividades pró-sociais percecionavam o contexto como mais apoiante ao nível da autonomia do que os que haviam desistido, e a orientação para a autonomia foi o preditor mais forte do envolvimento neste tipo de atividades (Gagné, 2003). Estes resultados foram reforçados num outro estudo que realizou no âmbito do voluntariado orientado para serviços de resposta à comunidade, no qual os indivíduos que relataram estar, na globalidade, satisfeitos com o seu trabalho de voluntariado não evidenciavam intenção de saída. Embora a motivação autónoma não mediasse muitos dos efeitos das características do trabalho, foram encontradas correlações positivas entre estas, a motivação intrínseca e a regulação identificada, mas nenhuma correlação, com a regulação introjetada e a externa (Millette & Gagné, 2008). As autoras relataram ainda que a satisfação era uma função relacionada com o encontrar de significado e o desfrutar do trabalho, mas também que esta não considerava o ser-se impulsionado por pressões externas e recompensas.

Desta forma, a intenção de saída revelada pelos voluntários relacionou-se mais com o decréscimo da motivação para a autonomia proporcionada pelo contexto do que pelas características das atividades aí desenvolvidas.

Considerações finais e propostas investigativas para o futuro

No que concerne o panorama investigativo nacional relativamente ao fenómeno do voluntariado, denota-se que, muito embora estas populações façam parte de amostras de estudos nas mais diversas áreas, escassamente são alvo de um olhar mais atento e científico relativamente aos processos despoletados no seu envolvimento em atividades de apoio voluntário. Tal como abordado ao longo deste trabalho, no contexto internacional inúmeras investigações têm-se debruçado sobre o estudo e teorização deste fenómeno, existindo diversos modelos explicativos desta forma de participação social. As abordagens aqui privilegiadas, a teoria funcionalista de motivação para o voluntariado (Clary et al., 1998; Clary & Snyder, 1999; Omoto & Snyder, 1995) e a teoria da autodeterminação (Deci & Ryan, 1985; 1991) constituem duas importantes propostas de compreensão do voluntariado. Muito embora a segunda abordagem não se destine exclusivamente a este contexto, a sua *raiz* organísmica poderá providenciar respostas mais centradas nas tendências naturais e construtivas do *self* dos indivíduos, enriquecendo assim uma visão mais sistémica.

Desta forma, na esfera do voluntariado no contexto português, torna-se emergente o desenvolvimento de estudos que permitam, por um lado, compreender as dimensões pessoais envolvidas na participação em atividades de voluntariado, de acordo com características individuais (e.g., sexo, idade, situação e área profissional, situação familiar) e as dimensões situacionais (e.g., tipologia das atividades, integração e compromisso organizacional), que se apresentem como mediadores ou facilitadores do envolvimento individual neste tipo de atividades. Este envolvimento, que apenas foi estudado segundo a teoria da autodeterminação

(Gagné, 2003), poderá igualmente ser um constructo relevante a ser inserido no modelo funcionalista, ou ao nível da fase de *experiências*, ou numa fase intermédia entre esta e as consequências, proporcionando um índice de qualidade, provavelmente também ele preditor do tempo de permanência no voluntariado.

Todos estes conhecimentos face ao processo de envolvimento em atividades de voluntariado poderão ser um *feedback* importante quer ao nível organizacional, permitindo analisar e responder mais proficuamente às necessidades dos voluntários (e em última instância às próprias da instituição), quer ao nível individual enquanto estratégia de promoção de maior qualidade e satisfação pessoal.

Outro aspeto que neste âmbito, também seria interessante desenvolver prende-se com a compreensão do papel do voluntário, enquanto um dos papéis de vida por si desenvolvidos, bem como do papel que o voluntariado desempenha vida dos próprios voluntários.

Referências

- Allison, L. D., Okun, M. A., & Dutridge, K. S. (2002). Assessing volunteer motives: A comparison of an open-ended probe and Likert-rating scales. *Journal of Community and Applied Social Psychology, 12*, 243-255.
- Baumeister, R., & Leary, M. R. (1995). The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin, 117*, 497-529.
- Chapman, J., & Morley, R. (1999). Collegiate service-learning. *Journal of Prevention & Intervention in the Community, 18(1)*, 19-33.
- Cnaan, R. A., & Goldberg-Glen, R. S. (1991). Measuring motivation to volunteer in human services. *Journal of Applied Behavioral Science, 27*, 269-284.
- Clary, E. G., & Orenstein, L. (1991). The amount and effectiveness of help: The relationship of motives and abilities to helping behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin, 17*, 58-64.
- Clary, E.G., & Snyder, M. (1991). A functional analysis of altruism and prosocial behavior: The case of volunteerism. *Review of personality and social psychology, 12*, 119-148.
- Clary, E.G., & Snyder, M. (1999). The Motivations to volunteer: theoretical and practical considerations. *Current Directions in Psychological Science, 8 (5)*, 156-159.
- Clary, E. G., Snyder, M., Ridge, R. D., Copeland, J., Stukas, A. A., Haugen, J., & Miene, P. (1998). Understanding and assessing the motivations of volunteers: A functional approach. *Journal of Personality and Social Psychology, 74*, 1516-1530.
- Dávila, M., & Chacón, F. (2004). Factores psicosociales y tipo de voluntariado. *Psicothema, 16 (4)*, 639-645.

- Deci, E. L. (1975). *Intrinsic Motivation*. New York: Plenum.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior*. New York, NY: Plenum Press.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1991). A motivational approach to self: Integration in personality. In R. Dienstbier (Ed.), *Nebraska symposium on motivation: Vol. 38. Perspectives on motivation* (pp. 237-288). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2000). The “what” and the “why” of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry, 11*, 227–268.
- Finkelstein, M. (2009). Intrinsic vs. extrinsic motivational orientations and the volunteer process. *Personality and Individual Differences, 46*, 653-658.
- Finkelstein, M. A., Penner, L. A., & Brannick, M. T. (2005). Motive, role identity, and prosocial personality as predictors of volunteer activity. *Social Behavior and Personality: an international journal, 33*(4), 403-418.
- Fletcher, T. D., & Major, D. A. (2004). Medical students' motivations to volunteer: An examination of the nature of gender differences. *Sex Roles, 51*(1/2), 109-114.
- Frisch, M. B., & Gerard, M. (1981). Natural helping systems: A survey of Red Cross volunteers. *American Journal of Community Psychology, 9*, 567-579.
- Gagné, M. (2003). The role of autonomy support and autonomy orientation in the engagement of prosocial behavior. *Motivation and Emotion, 27*, 199–223.
- Green-Demers, I., Pelletier, L. G., & Menard, S. (1997). The impact of behavioral difficulty on the saliency of the association between self-determined motivation and environmental behaviors. *Canadian Journal of Behavioral Sciences, 29*, 157-166.
- León, M. (2002). *La incidencia diferencial de los factores psicosociales en distintos tipos de voluntariado* (Tese de Doutoramento, Universidad Complutense de Madrid). Retirado de <http://eprints.ucm.es/tesis/psi/ucm-t26478.pdf>
- Millette, V., & Gagné, M. (2008). Designing volunteer’s tasks to maximize motivation, satisfaction and performance: the impact of job characteristics on volunteer engagement. *Motivation and Emotion, 32*, 11-22.
- Mowen, J.C. & Sujan, H. (2005). Volunteer behavior: a hierarchical model approach for investigating its trait and functional motive antecedents. *Journal of Consumer Psychology, 15*(2), 170-182.
- Omoto, A. M., & Snyder, M. (1995). Sustained helping without obligation: Motivation, longevity of service, and perceived attitude change among AIDS volunteers. *Journal of Personality and Social Psychology, 68*(4), 671-686.
- Omoto, A., Snyder, M., & Martino, S. (2000). Volunteerism and the life course: Investigating age-related agendas for action. *Basic and Applied Social Psychology, 22*(3), 181-197.
- Pelletier, L. G., Tuscson, K. M., Green-Demers, I., Noels, K., & Beaton, A. (1998). Why are you doing things for the environment? The motivation towards the environment scale (MTES). *Journal of Applied Social Psychology, 28*, 437–468.
- Penner, L. (2002). Dispositional and organizational influences on sustained volunteerism: an interactionist perspective. *Journal of Social Issues, 58* (3), 447-467.
- Penner, L. A., & Finkelstein, M. A. (1998). Dispositional and structural determinants of volunteerism. *Journal of Personality and Social Psychology, 74*, 525-537.
- Planalp, S., & Trost, M. (2009). Motivations of hospice volunteers. *American Journal of Hospice and Palliative Medicine, 26*(3), 188-192.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Intrinsic and extrinsic motivations: Classic definitions and new directions, *Contemporary Educational Psychology, 25*, 54-67.

- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2002). An overview of self-determination theory: An organismic-dialectical perspective. In E. Deci e R. Ryan (Eds.). *Handbook of Self-Determination Theory* (pp. 3-33). Rochester, NY: University of Rochester Press.
- Ryan, R. M., & Connell, J. P. (1989). Perceived locus of causality and internalization: Examining reasons for acting in two domains. *Journal of Personality and Social Psychology*, *57*, 749-761.
- Seguin, C., Pelletier, L., & Hunsley, J. (1998). Toward a model of environmental activism. *Environment and Behavior*, *30*, 628-652.
- Snyder, M. (1993). Basic research and practical problems: The promise of a "functional" personality and social psychology. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *19*, 251-264.
- Switzer, C. L., Switzer, G. E., Stukas, A. A., & Baker, C. E. (1999). Medical student motivations to volunteer: Gender differences and comparisons to other volunteers. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, *18*(1-2), 53-64.